cimento, para a condução de seus trabalhos.

Será proposta também a criação de programas integrados de pesquisa, considerando que as pesquisas científicas disponíveis não têm causado o impacto esperado na solução das questões relativas à habitação e ao saneamento do meio rural, currículo e regime escolar adequado a cada região, doenças endêmicas, efeito de aplicação de agrotóxicos etc.

É evidente a necessidade de produção de conhecimento científico integrado, voltado para as questões sociais do meio rural, uma vez que as variáveis conjunturais (terra, migrações, modelos de desenvolvimento, relações de produção) estão na base da saúde, da doença e da educação da população do campo.



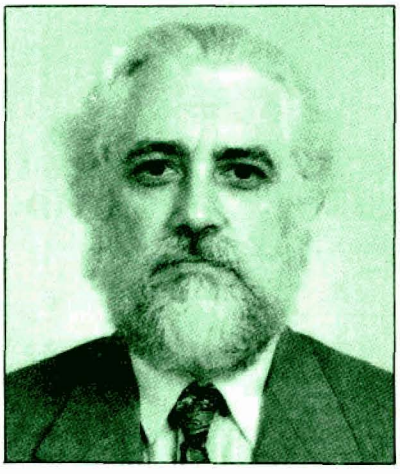
GRUPO TEMÁTICO ARMAZENAGEM, TRANSPORTE, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Organizar para competir

AMÍLCAR GRAMACHO

O Grupo Temático Armazenagem, Transporte, Padronização e Classificação teve sua atenção voltada basicamente para as questões relacionadas com a competitividade. São itens que ocorrem fora da porteira e respondem por uma larga parcela da chamada margem de comercialização, afetando diretamente o preço recebido pelo agricultor.

Seria interessante mencionar que os serviços de armazenagem e transporte respondem por algo em torno de 30% da composição do preço final de um bom número de commodities agrícolas, variando de acordo com o produto e as regiões produtoras. Portanto, exigem bastante atenção, tanto do setor privado como do governo. No caso do transporte, o papel do governo ainda é predominante, uma vez que é responsável pelos investimentos que podem determinar variações significativas no



preço desses serviços. Contudo, o processo de privatização em curso tende a transferir pelo menos parte dessa responsabilidade para a esfera do setor privado, devendo-se esperar resultados mais auspiciosos nos setores/regiões onde os investimentos produzam retornos positivos para os novos gestores. Para as regiões menos promissoras ou que exigem investimentos mais pesados, o governo continuará sendo indispensável. No caso da armazenagem, a participação governamental já é bastante reduzida como proprietária de unidades armazenadoras, e segue caindo no que se refere à participação como contratador, notadamente através da política de preços mínimos. O problema maior reside na insuficiência de financiamentos adequados para permitir a modernização tecnológica das unidades e na necessidade de adequar-se à legislação que regulamenta a atividade.

Há uma percepção generalizada por parte de praticamente todas as entidades que participaram desse grupo de que estamos vivenciando um processo bastante profundo de mudanças na estrutura de funcionamento dos mercados, e que isso implica uma reformulação das políticas setoriais. Antes, quando o governo era o grande comprador ou interventor dos mercados, todos procuravam defender seus interesses específicos perante o governo, que funcionava como uma espécie de árbitro. Hoje, o problema comum é conquistar uma participação segura no mercado e todos os integrantes da cadeia produtiva estão conscientes de que devem bus-

AMÍLCAR GRAMACHO é coordenador do Departamento Técnico da OCB. Coordenador do Grupo Temático Armazenagem, Transporte, Padronização e Classificação no FNA.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

car estratégias negociadas para manterem-se no negócio. Por isso as entidades de classe estão hoje muito mais abertas para as parcerias, para conquistas que atendam a cadeia como um todo, e não para as que beneficiem uma parte em detrimento de outras. O que exige do governo decisões que envolvam menos arbitragem e mais visão estratégica, especialmente no sentido de desenvolver a competitividade dos diferentes setores como cadeia produtiva. Daí a grande expectativa que todos temos em relação às propostas que serão encaminhadas pelo Fórum.

Lamentavelmente, as posições mais arraigadas ao modelo anterior têm sido manifestadas por setores específicos do próprio governo, geralmente comprometidos com a preservação de serviços que não fazem mais sentido mas que justificam uma certa quantidade de empregos burocráticos. É o caso dos serviços oficiais de classificação, tornados inúteis pela nova estrutura dos mercados, pela Lei de Proteção ao Consumidor e pela Lei da Arbitragem. Mas a solução desse problema é uma questão de tempo, para que os estados consigam buscar novas funções para esses técnicos.

Há um espaço bastante profícuo para que o Fórum logre resultados importantes a partir dos trabalhos realizados ao longo dos últimos 12 meses. As cadeias produtivas que estão voltadas para um objetivo comum, via de regra o mercado externo, tendem a ter uma atuação mais coerente e mais colaborativa e por isso poderão obter melhores resultados. Isso deverá ocorrer também no futuro, dando suporte para ações similares às do Fórum Nacional da Agricultura, ou mesmo, para a permanente busca de ações concertadas entre as diferentes entidades de representação voltadas para objetivos estratégicos comuns. Setores onde esse objetivo comum é menos visível, vimos no Fórum vários exemplos, tendem a ser menos colaborativos e deverão continuar pressionando o Estado muito mais como árbitro para suas questões. Por tudo isso devemos acreditar num processo cada vez mais organizado, do setor privado, visando a participar de negociações voltadas para as regras do comércio internacional, a participação do Brasil em blocos econômicos e para a cobrança de posições mais objetivas por parte de nossos negociadores.

GRUPO TEMÁTICO CESTA BÁSICA — ARROZ, FEIJÃO E MANDIOCA

Rearticular a política agrícola

ANDRÉ BARBOSA BARRETTO

Principais indicadores da cadeia produtiva



◆ Arroz — A renda agrícola do setor arrozeiro nacional está estimada em R$2,046 bilhões na safra 1996/97, contra uma rede de R$2,12 bilhões na safra 1995/96. A produção nacional está estimada em 9,6 milhões de toneladas na safra 1996/97 e o consumo projetado, em 11,8 milhões. O Brasil já se constitui no maior importador de arroz, embora tenha sido exportador líquido nas décadas de 60 e 70. O arroz é plantado em dois sistemas — irrigado e sequeiro. No Rio Grande do Sul, o arroz irrigado é plantado por cerca de 10 mil produtores, com lavouras de 87ha em média. Predomina o sistema de arrendamento de terras (68% da área de cultivo). Em Santa Catarina, predominam pequenos proprietários que utilizam o sistema pré-germinado,

ANDRÉ BARBOSA BARRETTO é presidente da Fearroz. Coordenador do Grupo Temático Cesta Básica no FNA.